Ata da Sessão Extraordinária do dia 23 de Janeiro de 2017.

Às 18h19min do dia 23 de Janeiro de 2017, no Plenário da Câmara Municipal, sito a Avenida São Francisco, 320, Primavera, reuniram-se em Sessão Extraordinária os vereadores: Adelson do Hospital, Adriano da Farmácia, André Prado, Arlindo Motta Paes, Bruno Dias, Campanha, Dito Barbosa, Dr. Edson, Leandro Morais, Odair Quincote, Oliveira, Prof.ª Mariléia, Rafael Aboláfio, Rodrigo Modesto e Wilson Tadeu Lopes. Aberta a Sessão, o Presidente solicitou à 1ª Secretária que procedesse à leitura das matérias constantes da pauta de convocação. Após a leitura, passou-se à votação das matérias constantes da **Ordem do Dia**. O Presidente Adriano da Farmácia informou sobre o **arquivamento da Emenda nº 002 ao Projeto de Lei nº 7271/2017 que altera os anexos I e III do Projeto de Lei nº 7271/2017**.Em seguida, solicitou a **inclusão na pauta da Ordem do Dia da Emenda nº 003 ao Projeto de Lei nº 7271/2017**. Pediu a leitura da Emenda nº 003 ao Projeto de Lei nº 7271/2017. O pedido de inclusão foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. **Emenda nº 003 ao Projeto de Lei nº 7271/2017 que modifica os artigos 1º, 10 e 11 e os anexos I, III, IV E V do Projeto de Lei nº 7271/2017**. Não havendo vereadores dispostos a discutir, a Emenda foi colocada em **única votação**, sendo aprovada por 14 (catorze) votos.O Ver. Dr. Edson afirmou que a emenda teve origem após o seu pedido de vista. Falou que o pedido de vista autoriza o vereador a estudar e aprofundar a respeito do Projeto de Lei. Comentou que o desejo de cortar cargos e reduzir salários foi alcançado. Declarou que a pressa é inimiga da perfeição. **Requerimento nº 02/2017 que requer única votação para Projeto de Lei nº 7271/2017**. O requerimento foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. **Projeto de Lei nº 7271/2017 que dispõe sobre a reorganização administrativa da Câmara Municipal de Pouso Alegre especificamente quanto aos cargos comissionados e funções gratificadas e dá outras providências**. O Ver. Dr. Edson pediu a leitura do preâmbulo do ofício encaminhado pelo Ministério Público. A 1ª Secretária procedeu à leitura. Falou que solicitou a leitura do preâmbulo para dar publicidade do projeto. Destacou que havia uma recomendação do Ministério Público em razão das legislaturas anteriores possuírem muitos cargos. Disse que a Mesa Diretora teve muito empenho para enxugar o número de cargos comissionados. O Ver. Bruno Dias falou que o projeto busca atender a recomendações do Ministério Público. Falou que a situação política exige novas práticas. Disse que quem quer práticas políticas fisiológicas, não conseguirão fazer isso na Câmara. Comentou que é hora de agir com espírito republicano e pensar na economia dos cofres públicos. Espera que as medidas de economia sejam implantadas. Elogiou o Ver. Dr. Edson pela busca de melhor adequação dos cargos e de política salarial dos assessores. O Ver. Arlindo Motta Paes falou que a recomendação do Ministério Público se arrastou por duas gestões da Câmara Municipal. Disse que está feliz por reduzir os cargos públicos com o objetivo de atender a população. Destacou o gasto de valores em áreas que não se identifica a prestação de serviço. Parabenizou todos os membros da Mesa Diretora e se manifestou feliz por fazer parte desta gestão. Não havendo vereadores dispostos a discutir, o projeto foi colocado em **única votação**, sendo aprovado por 14 (catorze) votos. O Ver. Leandro Morais disse que a Câmara Municipal corrige um erro de mais de quatro anos. Destacou que a economia é de quase R$ 600 mil (seiscentos mil reais). Falou que todos os projetos de economia serão votados. Destacou que foi dado um passo para mais reduções para manter o compromisso com a população. O Ver. Bruno Dias comentou que haverá a ocupação de dois cargos de direção por servidores efetivos. Citou os casos dos servidores Mayke e Madu Macedo, e o papel deles para o desenvolvimento dos trabalhos. O Ver. Rodrigo Modesto disse que é preciso comemorar, pois a redução será aplicada em questões mais importantes para o município. Comentou que o dinheiro público é sagrado, destacando que não houve divergência na votação dos projetos. Acredita que a Câmara Municipal caminhará com mais competência. O Ver. Adriano da Farmácia agradeceu os vereadores e a Mesa Diretora. Falou que a Câmara Municipal não é cabide de emprego. Destacou que os cargos devem ser ocupados por pessoas competentes. Disse que a servidora Fátima ocupa a função que deveria ocupar. Afirmou que esteve na luta para economizar o dinheiro público. Disse que a recomendação do Ministério Público foi identificada por todos os vereadores. Comentou que é possível fazer com pouco e bem feito. E, nada mais havendo a tratar, a presente sessão é encerrada às 18h51min. Ficam fazendo parte integrante desta Ata os relatórios emitidos pelo sistema eletrônico de votação, composto pela Ata resumida da Reunião e pelos registros individualizados das proposições apreciadas e votadas. E, para constar, eu, Luiz Guilherme Ribeiro da Cruz, Analista Legislativo, lavrei a presente ata que, após lida e achada conforme, vai assinada pelo Presidente e pela 1ª Secretária da Mesa Diretora, e por mim.

Sala das Sessões em 23 de Janeiro de 2017.

Adriano da Farmácia Prof.ª Mariléia

Presidente da Mesa 1ª Secretária